

Demonstrações Financeiras
Stone Instituição de Pagamento S.A.

31 de dezembro de 2022

com Relatório do Auditor Independente

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstração dos resultados	9
Demonstração dos resultados abrangentes	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamento S.A. (“Stone Instituição de Pagamento” ou “Companhia”) relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Mensagem da Administração

Nosso negócio demonstrou forte crescimento em 2022, balanceado com evolução da rentabilidade. Nosso TPV transacionado atingiu R\$ 193,5 bilhões no segundo semestre do ano crescendo 18% comparado ao mesmo período do ano anterior, com volume transacionado no nosso core de microempreendedores e PMEs (incluindo offline e online) crescendo 32% no mesmo período, acima do guidance passado ao mercado. No ano, crescemos 33% e 52% no volume consolidado e no core de PMEs, respectivamente, representando um crescimento maior que os 25% registrados na indústria de pagamentos em 2022.

Além disso, atingimos 2,6 milhões de clientes ativos em pagamentos, dos quais 2,5 milhões são representados por clientes do nosso core, com adições líquidas positivas em todos os níveis. O TPV médio por cliente decresceu em relação ao ano anterior dado o crescimento acelerado do segmento de microempreendedores, que possui um TPV médio inferior comparado ao TPV médio dos clientes que usam as soluções da Stone Instituição de Pagamento e Pagar.me PMEs.

O engajamento dos clientes com nossas soluções continua aumentando consistentemente. O número de contas bancárias digitais ativas atingiu 693 mil, refletindo os esforços recentes de venda dessa solução para os clientes TON, com o saldo de depósitos atingindo R\$ 3,4 bilhões. Esses fatores contribuíram para um aumento na receita por cliente de banking comparado ao mesmo período do ano anterior. Importante ressaltar que por conta da maior quantidade de microempreendedores usando a solução bancária completa, esperamos que esse indicador decresça nos próximos períodos.

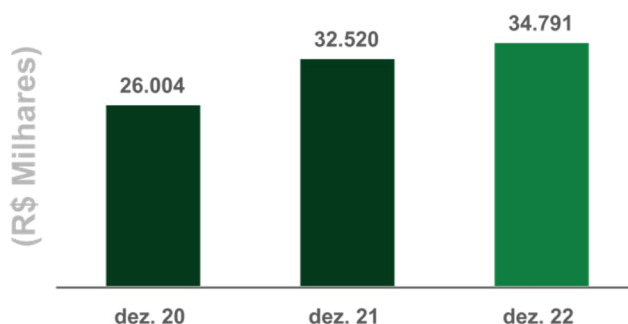
Nossa política comercial proativa, estabelecida ao final de 2021, dadas as movimentações da Selic, em conjunto com a alavancagem operacional capturada em algumas frentes nos permitiu continuar crescendo com rentabilidade.

Acreditamos que estamos bem-posicionados para executar nossa estratégia, e continuar crescendo com evolução da margem. Continuamos comprometidos em ajudar nossos lojistas com as diversas necessidades que eles têm, ajudando-os a serem mais produtivos e venderem mais.

Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios.

Total de ativos

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totalizaram R\$ 34.791 milhões, apresentando um aumento de 6,98% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 32.520 milhões.

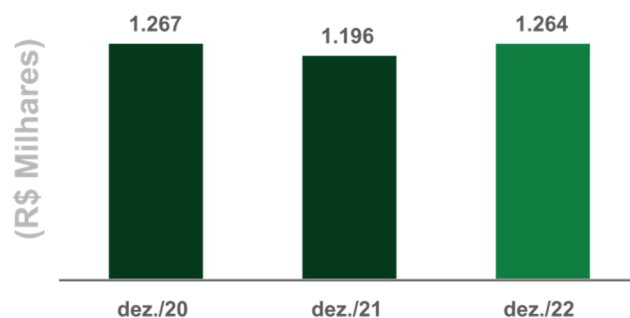


Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos:

- **Contas a receber de emissores:** O principal ativo da Stone Instituição de Pagamento refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito. O saldo das contas a receber de emissores, incluindo aquelas que foram cedidas com retenção de riscos e benefícios, totalizou R\$ 20.681 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 7,24% em relação ao saldo de R\$ 19.285 milhões em 31 de dezembro de 2021. O aumento no saldo é reflexo do crescimento do TPV processado pela Companhia.
- **Títulos e valores mobiliários:** O saldo de títulos e valores mobiliários aumentou de R\$ 6.319 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 9.711 milhões em 31 de dezembro de 2022, devido principalmente ao aumento no investimento em cotas do FIDC TAPSO.
- **Participações em coligadas e controladas:** O saldo de participações em coligadas e controladas passou de R\$ 3.360 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 1.691 milhões em 31 de dezembro de 2022. Durante o exercício de 2022, a investida PDCA S.A. foi incorporada, e por isso o saldo total de investimentos da Stone Instituição de Pagamento em coligadas diminuiu.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizou R\$ 1.264 milhões, representando um aumento de R\$ 68 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 1.196 milhões.



Resultado

No exercício de 2022, a Stone Instituição de Pagamento totalizou um prejuízo de R\$ (223) mil, representando uma redução do prejuízo em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante R\$ (145) milhões.

Destacamos abaixo os principais impactos no resultado:

- **Receitas:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de transações de pagamento, aluguel de equipamentos e antecipação de obrigações por transações de pagamento, totalizaram R\$ 4.079 milhões, líquido de impostos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 80% em relação ao total de R\$ 2.271 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O aumento deve-se principalmente ao crescimento da receita de antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais, dado o ajuste na política comercial em resposta à alta da taxa Selic.
- **Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** O aumento das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, de R\$ (910) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$ (2.697) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, deve-se principalmente ao aumento de juros relacionado a cessão de recebíveis, dada a alta da Selic.
- **Despesas de pessoal:** O aumento em despesas de pessoal é dado pelo acréscimo no quadro de funcionários da Stone Instituição de Pagamento, reflexo do crescimento da Companhia.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria da
Stone Instituição de Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamentos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Instituição de Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de

riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Processo de reconhecimento das receitas operacionais

Conforme divulgado na nota explicativa nº 3(p), as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas no resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (ii) das rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebido dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões e (iii) das rendas com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar e o valor efetivamente antecipado. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a receber de emissões de cartões e a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizaram R\$ 15.197.668 mil e R\$ 1.372.805 mil, respectivamente, a receita líquida de aluguel de equipamentos totalizaram R\$ 423.236 mil e a receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizaram R\$ 2.282.953 mil. Em razão da relevância do processo de reconhecimento de receitas operacionais e dos valores envolvidos, consideramos essa área como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de balanços patrimoniais e de resultado relacionados às transações incorridas (captura, autorização, processamento, serviços de liquidação fornecidos pelas redes do sistema de pagamento e emissores de cartões, pré-pagamentos ao clientes de seus recebíveis parcelados e do resultado apurado com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados) levando em consideração aspectos de relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; (ii) testes de valorização do montante da receita a ser reconhecida como um percentual do valor total da transação; (iii) testes documentais relacionados ao processo de registro da receita de aluguel de equipamentos (valorização, liquidação e contabilização); e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas nº 7 e 22.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas nº 7 e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

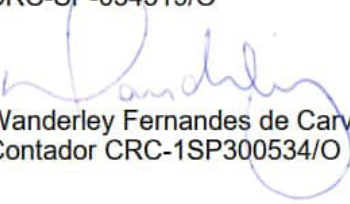
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O



Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-1SP300534/O

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo			
Circulante		31.273.428	27.419.420
Caixa e equivalentes de caixa	4	377.004	1.126.454
Disponibilidades		377.004	1.116.296
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	—	10.158
Instrumentos financeiros		30.605.208	25.961.360
Títulos e valores mobiliários	6.1	9.711.065	6.318.543
Instrumentos financeiros derivativos	6.3	191	—
Contas a receber de emissores	7	15.143.334	14.623.500
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	8	5.483.419	4.661.058
Depósitos no Banco Central	9	145.127	233.430
Rendas a receber	10	131.617	124.015
(-) Provisões para crédito de liquidação duvidosa	12	(51.821)	(36.768)
Outros ativos diversos	11	42.276	37.582
Outros créditos		291.216	331.606
Despesas antecipadas	13	162.644	96.749
Impostos e contribuições a compensar		36.420	70.590
Imposto de renda a recuperar		48.061	60.316
Outros ativos diversos	11	44.091	103.951
Não circulante		3.517.962	5.100.705
Realizável a longo prazo		896.708	729.732
Instrumentos financeiros		282.985	35.317
Contas a receber de emissores	7	54.334	—
Rendas a receber	10	21.356	35.317
Outros ativos diversos	11	207.295	—
Outros créditos		613.723	694.415
Despesas antecipadas	13	118.660	155.563
Ativos fiscais diferidos	14.2	473.527	324.095
Outros ativos diversos	11	21.536	214.757
Investimentos	15	1.705.792	3.379.231
Participações em coligadas e controladas		1.690.640	3.360.462
Ágio na aquisição de investimentos		15.152	18.769
Imobilizado de uso	16	739.523	832.966
Instalações, móveis e equipamentos de uso		1.360.151	1.267.361
(-) Depreciação acumulada		(620.628)	(434.395)
Intangível	17	175.939	158.776
Ativos intangíveis		301.111	237.449
(-) Amortização acumulada		(125.172)	(78.673)
TOTAL DO ATIVO		34.791.390	32.520.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo			
Circulante		33.309.840	30.576.820
Depósitos e demais instrumentos financeiros		32.798.168	30.330.029
Depósitos	9	3.373.855	1.485.789
Instrumentos financeiros derivativos	6.3	—	58
Obrigações por empréstimos	18	1.785.967	2.507.635
Contas a pagar a estabelecimentos	19	18.892.170	16.054.088
Obrigações vinculadas a cessão	8	1.098.758	2.327.225
Outros passivos diversos	20.3	7.647.418	7.955.234
Outras obrigações		511.672	246.791
Obrigações sociais e estatutárias	20.1	164.430	48.177
Provisão para pagamentos a efetuar	20.5	272.505	167.323
Impostos e contribuições a recolher	20.2	57.657	28.431
Outros passivos diversos	20.3	17.080	2.860
Não circulante		217.690	747.219
Instrumentos financeiros		—	593.033
Obrigações por empréstimos	18	—	589.345
Outros passivos diversos	20.3	—	3.688
Outras obrigações		217.690	154.186
Provisão para pagamentos a efetuar	20.5	24.795	27.217
Obrigações fiscais diferidas	14.2	147.203	106.771
Provisão para contingências	20.4	21.540	6.962
Outros passivos diversos	20.3	24.152	13.236
Patrimônio líquido	21	1.263.860	1.196.086
Capital social	21.1	869.445	869.445
Reserva de capital	21.2	263.209	195.212
Reserva de lucros	21.3	249.864	250.087
Outros resultados abrangentes	21.5	(118.658)	(118.658)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.791.390	32.520.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021
Receitas operacionais	22	2.164.192	4.078.994	2.271.065
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços		716.663	1.372.805	1.171.987
Receita líquida de aluguel de equipamentos		192.458	423.236	413.747
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento		1.255.071	2.282.953	685.331
Resultado bruto da intermediação financeira		(763.611)	(1.575.916)	(364.618)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		830.914	1.436.646	666.423
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(1.373)	(4.688)	(1.779)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	23	(1.458.191)	(2.696.652)	(909.945)
Despesas com operações de empréstimos	18	(134.961)	(311.222)	(119.317)
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.527.875)	(2.859.155)	(2.343.014)
Custo dos serviços prestados	24	(306.407)	(567.575)	(560.001)
Despesas de pessoal	25	(682.958)	(1.210.971)	(896.785)
Despesas administrativas	26	(274.389)	(447.807)	(380.212)
Depreciação e amortização	15/16/17	(172.957)	(355.468)	(270.030)
Despesas de provisões	27	(38.622)	(66.383)	(53.324)
Outras receitas operacionais	28	18.436	29.522	14.089
Outras despesas operacionais	29	(70.978)	(240.473)	(196.751)
Resultado operacional		(127.294)	(356.077)	(436.567)
Resultado de participação em controladas e coligadas	15	183.050	252.668	233.628
Resultado não operacional	30	2.913	14.545	(10.491)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		58.669	(88.864)	(213.430)
Imposto de renda e contribuição social	14	24.461	116.292	156.848
Imposto de renda e contribuição social correntes		6.975	6.975	25.994
Imposto de renda e contribuição social diferidos		17.486	109.317	130.854
Participações no lucro		—	(27.651)	(88.565)
Lucro líquido / (prejuízo) do período		83.130	(223)	(145.147)
Lucro líquido / (prejuízo) por ação (R\$)		0,5340	(0,0014)	(0,9324)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021
Lucro líquido / (prejuízo) do período	83.130	(223)	(145.147)
Outros resultados abrangentes	—	—	1.512
Itens que serão reclassificados para o resultado	—	—	1.512
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável	—	—	2.291
Efeito tributário sobre item acima	—	—	(779)
Resultado abrangente do período	83.130	(223)	(143.635)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		869.445	87.011	431.202	(120.170)	—	1.267.488
Pagamento baseado em ações		—	102.902	—	—	—	102.902
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas		—	5.299	—	—	—	5.299
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável, líquida de impostos		—	—	—	1.512	—	1.512
Dividendos adicionais		—	—	(4.746)	—	—	(4.746)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,2006/ação)		—	—	(31.222)	—	—	(31.222)
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	(145.147)	(145.147)
Absorção de prejuízos acumulados		—	—	(145.147)	—	145.147	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021		869.445	195.212	250.087	(118.658)	—	1.196.086
Saldos em 30 de junho de 2022		869.445	260.814	166.734	(118.658)	—	1.178.335
Pagamento baseado em ações		—	(7.258)	—	—	—	(7.258)
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas		—	9.653	—	—	—	9.653
Lucro líquido do semestre		—	—	—	—	83.130	83.130
Destinação do lucro líquido do semestre:							
Reservas de lucros	21.3	—	—	83.130	—	(83.130)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022		869.445	263.209	249.864	(118.658)	—	1.263.860
Saldos em 31 de dezembro de 2021		869.445	195.212	250.087	(118.658)	—	1.196.086
Pagamento baseado em ações	21.2	—	50.768	—	—	—	50.768
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	21.2 / 15	—	17.229	—	—	—	17.229
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	(223)	(223)
Absorção do prejuízo do exercício	21.3	—	—	(223)	—	223	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022		869.445	263.209	249.864	(118.658)	—	1.263.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021
Lucro líquido / (prejuízo) do período		83.130	(223)	(145.147)
Ajustes ao lucro líquido:		(608.771)	(875.089)	(361.281)
Depreciação e amortização		172.957	355.468	270.030
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.2	(17.486)	(109.317)	(130.854)
Resultado de participação em controladas e coligadas	15	(183.050)	(252.668)	(233.628)
Receitas financeiras, líquidas		(671.027)	(1.066.083)	(520.779)
Provisão para contingências	27	17.345	19.555	8.386
Provisão para perdas operacionais	27	21.277	46.828	44.938
Perda na baixa e alienação de bens		58.280	80.609	99.409
Ajuste a valor justo de título e valores mobiliários e derivativos		191	(249)	(1.685)
Pagamento baseado em ações	21.2	(7.258)	50.768	102.902
Variações nos ativos e passivos		(325.089)	143.359	(103.529)
Títulos e valores mobiliários		(487.670)	(45.509)	196.146
Contas a receber de emissores		(1.460.337)	1.888.939	(3.061.212)
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		(170.473)	(586.424)	789.906
Rendas a receber		12.299	6.359	(38.225)
Outros ativos diversos		100.277	(86.353)	(306.777)
Despesas antecipadas		4.645	(28.992)	(206.238)
Contas a pagar a estabelecimentos		2.572.214	441.788	6.149.316
Obrigações sociais e estatutárias		91.636	116.253	(33.356)
Impostos e contribuições a recolher		142.106	167.566	21.327
Obrigações vinculadas a cessão		(667.988)	(1.228.467)	(2.836.553)
Outros passivos diversos		112.363	321.702	(478.723)
Juros pagos e cessão de recebíveis		(3.131.232)	(3.217.864)	(952.752)
Juros recebidos		2.557.137	2.396.295	675.383
Imposto de renda e contribuição social pagos		(66)	(1.934)	(21.771)
Caixa líquido das atividades operacionais		(850.730)	(731.953)	(609.957)
Aquisição de imobilizado		6.376	(257.525)	(579.027)
Valor recebido pela venda de imobilizado		16.477	53.394	96
Aquisição de ativos intangíveis	17	(47.824)	(109.824)	(119.437)
Aquisição de Investimento		(15.367)	(15.367)	—
Aquisição de subsidiária	1.1	—	(743)	—
Redução (aumento) capital em subsidiária	15	1.419.600	1.419.600	(943.335)
Caixa líquido das atividades de investimento		1.379.262	1.089.535	(1.641.703)
Captação de empréstimos	18	749.994	3.499.986	9.222.986
Pagamento de empréstimos		(1.005.652)	(4.603.401)	(6.991.959)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	21.4	—	—	(122.607)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(255.658)	(1.103.415)	2.108.420
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa		(3.179)	(3.617)	940
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		269.695	(749.450)	(142.300)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	107.309	1.126.454	1.268.754
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	377.004	377.004	1.126.454
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		269.695	(749.450)	(142.300)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Stone Instituição de Pagamento") com sede em São Paulo, Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, cj. 2101, 20º andar, foi constituída em 4 de dezembro de 2013. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e seu modelo de negócio compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone Instituição de Pagamento também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas.

A Stone Instituição de Pagamento obteve, em 3 de julho de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), e em 24 de abril de 2019 recebeu autorização para atuar como emissora de moeda eletrônica. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB"), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Em 04 de dezembro de 2019, após incorporação reversa da StoneCo Brasil Participações S.A. ("StoneCo Brasil"), a Companhia passou a ser controlada pela DLP Capital LLC, uma *holding* norte-americana que detém 100% das ações da Companhia, que por sua vez tem como controladora final a StoneCo Ltd. ("Grupo StoneCo" ou "Grupo"), empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código STNE, constituída nas Ilhas Cayman.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução BCB nº 81/21, de 25 de março de 2021, a totalidade de ações de emissão da Companhia de titularidade da DLP Capital LLC, representativas de aproximadamente 99,99% do capital social da Companhia, foi conferida pela DLP Capital LLC à Stone Holding Instituições S.A. ("Conferência de Ações"), a qual foi formalizada por meio de AGE da Stone Holding Instituições S.A. realizada em 2 de janeiro de 2023. Como consequência da Conferência de Ações, a Stone Holding Instituições S.A. passou a ser a nova controladora direta da Companhia.

1.1. Incorporação da Collact Serviços Digitais S.A

Em 01 de janeiro de 2022, foi feito um acordo de compra e venda entre a Stone Instituição de Pagamento e STNE Participações S.A, no qual foi celebrada a compra da Collact Serviços Digitais S.A pela Stone Instituição de Pagamento.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 01 de janeiro de 2022, foi aprovada a incorporação da Collact Serviços Digitais S.A pela Stone Instituição de Pagamento.

A incorporação atende aos interesses das companhias e resultará em ganhos de sinergias, tendo por objetivo a simplificação e integração da estrutura para a prestação de serviços de tecnologia realizadas pela Collact e Stone Instituição de Pagamento, com a consequente otimização das interações com o mercado pela incorporadora e redução de custos operacionais e administradores do grupo StoneCo.

Adicionalmente com a implementação da incorporação, os serviços atualmente prestados por entidades jurídicas distintas passarão a ser realizados pela Stone Instituição de Pagamento de forma mais eficiente, simplificando a estrutura organizacional.

O patrimônio líquido da empresa incorporada (Collact) em 01 de janeiro de 2022 está suportado por laudo de avaliação contábil.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Abaixo, são demonstrados os ativos e passivos incorporados em milhares de reais:

	Saldo em 01/01/2022
Ativo	
Circulante	
Adiantamento a fornecedores	986
Impostos e contribuições a recuperar	9
Total do ativo circulante	995
Não circulante	
Imobilizado	205
Total do ativo não circulante	205
Total do ativo	1.200
Passivo	
Circulante	
Obrigações sociais	245
Obrigações tributárias	167
Outras contas a pagar	45
Total do passivo circulante	457
Patrimônio Líquido	
Capital social subscrito	12.361
Reserva de capital	163
Prejuízos acumulados	(11.781)
Total do patrimônio líquido	743
Total passivo e patrimônio líquido	1.200

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Em 1º janeiro de 2021 entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições de pagamento. Conforme requerido e permitido pela norma, a Companhia alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas.

Após análises realizadas, não identificamos efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos permanentes, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para impostos diferidos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de março de 2023.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

3.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01 e alterações, nas seguintes categorias:

- (i) *Títulos para negociação* - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- (ii) *Títulos mantidos até o vencimento* - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
- (iii) *Títulos disponíveis para venda* - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii).

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente e preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13 e alterações.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio.

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor de mercado, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, de acordo com suas respectivas classificações, conforme a seguir:

- (i) destinados a *hedge* de risco de mercado: ganhos e perdas são registrados no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a *hedge* de fluxo de caixa: ganhos e perdas relacionados à parcela efetiva do *hedge* são registrados em Outros resultados abrangentes, e eventual parcela inefetiva é reconhecida no resultado do exercício.

3.5 Transações de pagamento

Nas transações de débito, a Stone Instituição de Pagamento paga em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o pagamento depende da quantidade de parcelas. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre trinta dias corridos após a captura da transação. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito parcelado, o pagamento de cada parcela ocorre 30 dias após o seu vencimento.

3.6 Cessão de recebíveis

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.533/08 e alterações, créditos de recebíveis cedidos desde 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificados para rubrica específica no ativo "Contas a receber de emissores vinculadas a cessão" (Nota 8) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo "Obrigações vinculadas a cessão" (Nota 8).

3.7 Provisões para crédito de liquidação duvidosa

As provisões de crédito de liquidações duvidosas associadas ao risco de crédito da Companhia são constituídas para os títulos vencidos, com atraso superior a 30 dias vencidos e são provisionadas em sua totalidade. A provisão também contempla clientes que tenham algum indício identificado de não recebimento (pedido de falência, cobrança judicial).

3.8 Despesas antecipadas

Estão reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada.

Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3.10 Ativo imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Pin Pad e POS – 20%;
- Máquinas e aparelhos e equipamentos – 20%;
- Equipamentos de informática – 10% - 20%;
- Móveis e utensílios – 10%;
- Benfeitorias em propriedades de terceiros – 20% - 33%;
- Instalações – 10%;
- Equipamentos de telefonia – 20%;
- Veículos – 20%;

3.11 Ativo intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Software – 20%.
- Licenças de uso de bandeiras – 20%;
- Marcas e patentes – 5%.
- Direito sobre contrato de representação – 33%.

3.12 Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto ativos fiscais diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente.

3.13 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (“IRPJ”) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) é de 9% sobre o lucro tributável.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3.14 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados.

3.15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.
- Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

3.16 Apuração do resultado

3.16.1 *Receitas operacionais*

As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida de cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão assim representadas na demonstração do resultado:

- “Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços”: refere-se à captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, sendo apropriadas ao resultado da Companhia, líquida das taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações;
- “Receita líquida de aluguel de equipamentos”: refere-se às rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebido dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Stone Instituição de Pagamento, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões. A receita é contabilizada de forma linear no mês de competência do aluguel; e
- “Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento”: refere-se às rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado.

3.16.2 *Resultado bruto da intermediação financeira*

- “Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários”: receita de juros e ganhos ou perdas provenientes da marcação a mercado das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários;
- “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”: ganhos e perdas relacionados às operações de *hedge* de risco de mercado, e à parcela inefetiva das operações de *hedge* de fluxo de caixa;

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

- “Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”: registro das despesas relativas às obrigações assumidas em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que não foram baixados, integral ou proporcionalmente, apropriadas pela taxa efetiva da operação em função do prazo remanescente;
- “Despesas com operações de empréstimos”: despesa de juros incorridos das obrigações por empréstimos assumidas pela Companhia.

3.17 Custos para obtenção dos contratos

A Companhia incorre em certos custos para obtenção dos contratos que são capitalizados no início da transação. O custo compreende principalmente comissões aos vendedores para obter um contrato e custos logísticos para cumprir um contrato. O ativo reconhecido é amortizado linearmente durante a vida esperada dos estabelecimentos. O prazo de amortização são 25 meses.

3.18 Pagamento baseados em ações

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços.

As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A atividade relativa ao pagamento baseado em ações é discutida em mais detalhes na Nota 32.

3.19 Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve resultado classificado como não recorrente.

3.20 Normas emitidas pelo BACEN:

3.20.1 Normas adotadas em 2022:

- Resolução BCB nº 120/21 em 27 de julho de 2021, aprovou o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente para administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Companhia adotou o CPC 47 desde 1º de janeiro de 2022, data em que a Resolução BCB nº 120 entrou em vigor. O CPC 47 orienta que custos incrementais incorridos na obtenção ou cumprimento de contratos com clientes sejam reconhecidos como ativo, caso certos critérios sejam atendidos, e que tais custos devem ser amortizados em uma base sistemática consistente com a transferência dos bens ou serviços aos clientes. A Companhia avaliou que custos com comissões e custos logísticos incorridos na obtenção do contrato com o cliente atendem a todos os critérios estabelecidos pelo CPC 47 e, desta forma, os custos incorridos desde 1º de janeiro de 2022 passaram a ser capitalizados como ativos e amortizados ao longo do ciclo médio de vida do cliente.

Em 31 de dezembro de 2022, os custos para obtenção dos contratos tiveram como valor contábil de R\$ 63.442 reconhecido na rubrica “Despesas antecipadas” e R\$ 16.403 como amortização reconhecida no resultado.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3.20.2 Normas com vigência futura:

- Resolução BCB nº 219/22: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge, substitui entre outras normas a Resolução CMN nº 2.682/99, a Circular BACEN nº 3.068/01 e a Circular BACEN nº 3.833/17). A Companhia elaborou um plano no qual planejou implementar sistemas mais robustos, processos, roteiros contábeis e soluções inovadoras, para atender toda exigência regulatória do nosso mercado financeiro de forma prospectiva tendo sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.
- Resolução BCB nº 178 (IFRS 16): Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2), que traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025.
- Em 11 de março de 2022 o BACEN aprovou um conjunto de regulamentos para instituições de pagamento. As novas regras criam requisitos da seguinte forma:
 - A regulação e supervisão serão baseadas no conglomerado prudencial conforme definido pelas normas do BACEN e não nas entidades reguladas individuais.
 - Introduz requisitos para gestão de risco e para gestão de adequação de capital.
 - Estabelece regras para determinação do nível mínimo de capital e para mensuração do capital regulatório efetivo que são introduzidas de forma gradual de 1º de julho de 2023 a 1º de janeiro de 2025.

A Companhia está avaliando o impacto das novas regras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades – em moeda nacional	327.883	1.100.453
Disponibilidades – em moeda estrangeira	49.121	15.843
Aplicações interfinanceiras de liquidez	—	10.158
	377.004	1.126.454

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2021			
	Taxa média ponderada a.a.	Faixa de vencimento		Total
		0 a 90 dias	91 a 365 dias	
Operações compromissadas	94% DI (a)	10.158	-	10.158

(a) Depósitos Interbancários: taxa de juros que lastreia as operações entre instituições financeiras.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

6.1 Composição e classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados como:

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos de renda fixa (a)	3.339.457	1.389.781
Cotas de fundo de investimento - FIDC TAPSO (b)	6.084.475	4.328.789
Cotas de fundo de investimento - FIDC TAPSO II (b)	697	1.113
Cotas de fundo de investimento - FIDC SOMA (c)	27.470	352.837
Cotas de fundo de investimento - FIDC AR III (d)	258.966	246.023
Títulos e valores mobiliários	9.711.065	6.318.543

(a) Os títulos de renda fixa referem-se a títulos de Letra Financeira do Tesouro com vencimento em até 90 dias. O valor justo dos títulos de renda fixa é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros DI disponibilizadas ao mercado através de órgão oficiais (B3, BACEN e etc.).

As aplicações em cotas de fundos de investimento referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDC" ou, coletivamente "FIDCs"). Os FIDCs são administrados e custodiados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e pelo Plural S.A. Banco Múltiplo.

(b) O TAPSO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO") iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. O FIDC TAPSO pertence 99,9% ao Grupo StoneCo e suas controladoras (99,8% em 31 de dezembro de 2021), sendo que em 31 de dezembro de 2022, a Stone Instituição de Pagamento detém participação de 36,9% das cotas (43,9% em 31 de dezembro de 2021), a subsidiária MNL T S.A. ("MNL T") 5,0% (12,8% em 31 de dezembro 2021) e a subsidiária Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me") 32,4% (1,6% em 31 de dezembro 2021). Já o TAPSO II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO II") iniciou suas atividades em 10 de setembro de 2021, com o mesmo objetivo do FIDC TAPSO. O fundo pertence 100% ao Grupo StoneCo, sendo que em 31 de dezembro de 2022, a Stone Instituição de Pagamento detém participação de 100 % das cotas (100% em 31 de dezembro de 2021).

(c) Em outubro de 2019 foi constituído o SOMA Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC SOMA"), com o objetivo de adquirir cédulas de crédito bancário devidas por estabelecimentos comerciais clientes da Stone Instituição de Pagamento e sob forma de condomínio fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas ao término do respectivo prazo de duração das classes de cotas ou em caso de liquidação do FIDC SOMA. O FIDC SOMA tem prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral. A Stone Instituição de Pagamento detém 50,3% das cotas do FIDC SOMA em 31 de dezembro de 2022 (50,3% em 31 de dezembro de 2021).

(d) Em 21 de julho de 2020 foi constituído o FIDC Bancos Emissores de Cartão de Crédito - Stone III ("FIDC AR III") para ser utilizado como fonte de captação de recursos. O FIDC AR III foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de 20 anos, regidos pela Resolução do CMN nº 2.907/01 e alterações, pela Instrução CVM nº 356/01 e alterações, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Stone Instituição de Pagamento é detentora de 21,3% de cotas em 31 de dezembro de 2022 (9,9% em 31 de dezembro de 2021).

Os FIDCs devem manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas estão de acordo com as normas adotadas no Brasil e com critérios determinados pelo BACEN.

Apesar da duração dos FIDCs ser de 20 anos ou duração indeterminada, o prazo de recebimento é menor que 12 meses, ou seja, é de entendimento da Companhia que o valor deve ser registrado no ativo circulante.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

6.2 Abertura por faixa de vencimento dos títulos e valores mobiliários

	31/12/2022		
	0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Livres			
Cotas de fundo de investimento - FIDCs	—	6.371.608	6.371.608
Vinculados a prestação de garantias			
Títulos de renda fixa	3.339.457	—	3.339.457
	3.339.457	6.371.608	9.711.065

	31/12/2021		
	0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Livres			
Cotas de fundo de investimento - FIDCs	—	4.928.762	4.928.762
Vinculados a prestação de garantias			
Títulos de renda fixa	1.389.781	—	1.389.781
	1.389.781	4.928.762	6.318.543

6.3 Instrumentos financeiros derivativos

Contabilidade de hedge

Em 14 de janeiro de 2021, a Companhia acordou com os fornecedores de Pin Pads e POS para que as novas compras não fossem mais indexadas a moeda estrangeira. Em virtude desse acordo, não foram realizadas novas operações de hedge desde então e as operações anteriormente designadas foram descontinuadas para fins de contabilidade de hedge.

Outros instrumentos financeiros derivativos

Em 2021, a Companhia efetuou operações de hedge econômico, utilizando contratos de Non-Deliverable Forward ("NDF), para proteção de exposição cambial de passivos junto a fornecedores no exterior. Em conformidade com a Circular Bacen nº 3.082/02 e alterações, os saldos decorrentes dessas operações são ajustados periodicamente pelo seu valor de mercado e os ganhos e perdas resultantes são computados no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo destas operações representa um ativo de R\$ 191 (R\$ 58 passivo em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber de emissores

Os valores a receber de bancos emissores de cartões decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, correspondem a R\$ 15.197.668 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 14.623.500 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 15.143.334 em curto prazo e R\$ 54.334 em longo prazo (R\$ 14.623.500 em curto prazo em 31 de dezembro de 2021).

8. Contas a receber e Obrigações vinculadas a cessão

Os recebíveis de emissores de cartões detidos pela Stone Instituição de Pagamento que foram cedidos para FIDCs e para uma entidade privada são mantidos no balanço patrimonial, pois há retenção substancial dos riscos e benefícios, sendo também reconhecida uma obrigação pelo repasse ou antecipação dos recursos.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	5.483.419	4.661.058
	5.483.419	4.661.058
Obrigações vinculadas a cessão	(1.098.758)	(2.327.225)
	(1.098.758)	(2.327.225)

9. Depósitos

A Stone Instituição de Pagamento possui saldo de moeda eletrônica mantido em contas pagamento, que constitui patrimônio separado, que não se confunde com o da instituição de pagamento, no montante de R\$ 3.373.855 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.485.789 em 31 de dezembro de 2021).

Conforme exigido pela Resolução BCB nº 80/21, de 25 de março de 2021, tais valores foram aplicados em depósitos em moeda eletrônica no BACEN no montante de R\$ 145.127 (R\$ 233.430 em 31 de dezembro de 2021) e em títulos públicos no montante de R\$ 3.319.421 (R\$ 1.389.781 em 31 de dezembro de 2021), classificados como títulos de renda fixa para negociação, vinculados a prestação de garantia.

10. Rendas a receber

As rendas a receber de transações de pagamento referem-se principalmente a valores a receber de clientes, oriundos do aluguel de equipamentos e prestação de serviços de transação financeira. O montante é de R\$ 152.973, sendo R\$ 131.617 no curto prazo e R\$ 21.356 no longo prazo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 159.332, sendo, R\$ 124.015 no curto prazo e R\$ 35.317 no longo prazo em 31 de dezembro de 2021).

11. Outros ativos diversos

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 31)	207.090	211.004
Adiantamentos diversos e antecipações salariais	29.193	78.922
Valores a receber de clientes por chargeback	26.786	13.955
Devedores por depósitos em garantia	15.476	3.738
Valores a receber das bandeiras	9.929	17.167
Dividendos a receber (Nota 31)	1.712	10.422
Outros	25.012	21.082
	315.198	356.290
Circulante	86.367	141.533
Não circulante	228.831	214.757

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

12. Provisões para crédito de liquidação duvidosa

As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas principalmente para os produtos de aluguel de POS e *Chargeback*.

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28.170)
Adições	(45.483)
Reversões	6.274
Baixas	30.611
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(36.768)
Adições	(66.438)
Reversões	1.107
Baixas	50.278
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(51.821)

13. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se principalmente a valores com propaganda e publicidade. O montante é de R\$ 281.304, sendo R\$ 162.644 no curto prazo e R\$ 118.660 no longo prazo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 252.312, sendo R\$ 96.749 no curto prazo e R\$ 155.563 no longo prazo em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$ 63.442 refere-se a custo de obtenção de contratos.

14. Imposto de renda e contribuição social

14.1 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(88.864)	(213.430)
Alíquotas vigentes (%)	34 %	34 %
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	30.214	72.566
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Participações no lucro	9.401	30.112
Lei do Bem (pesquisa e desenvolvimento)	—	4.402
Resultado de participação em controladas e coligadas	85.907	79.434
Amortização de ágio	(6.455)	(12.225)
Juros sobre o capital próprio	—	10.616
Outras despesas permanentes	(2.775)	(28.057)
Imposto de renda e contribuição social	116.292	156.848
Impostos correntes	6.975	25.994
Impostos diferidos	109.317	130.854
Imposto de renda e contribuição social	116.292	156.848

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

14.2 Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no exercício.

	Saldo em 31/12/2021	Movimentação	Saldo em 31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	168.864	74.461	243.325
Provisão para participações nos lucros	14.573	37.861	52.434
Perdas em processo de documentação	8.613	27.964	36.577
Ágio dedutível	36.675	(12.224)	24.451
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	12.501	4.397	16.898
Provisão para pagamento baseado em ações	45.387	(31.703)	13.684
Provisão para contingências	2.367	4.957	7.324
Demais diferenças temporárias	35.115	43.711	78.834
Ativos fiscais diferidos	324.095	149.424	473.527
Reconhecimento de receita - FIDC (a)	(35.398)	(41.849)	(77.247)
Demais diferenças temporárias	(71.373)	1.742	(69.956)
Obrigações fiscais diferidas	(106.771)	(40.107)	(147.203)
Impostos diferidos, líquidos	217.324	109.317	326.324

	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Saldo em 31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	—	168.864	168.864
Provisão para pagamento baseado em ações	27.156	18.231	45.387
Ágio dedutível	48.901	(12.226)	36.675
Provisão para participações nos lucros	25.913	(11.340)	14.573
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	9.578	2.923	12.501
Perdas em processo de documentação	10.850	(2.237)	8.613
Provisão para contingências	2.832	(465)	2.367
Hedge de fluxo de caixa	779	(779)	—
Demais diferenças temporárias	18.973	16.142	35.115
Ativos fiscais diferidos	144.982	179.113	324.095
Reconhecimento de receita - FIDC (a)	(58.009)	22.611	(35.398)
Demais diferenças temporárias	—	(71.373)	(71.373)
Obrigações fiscais diferidas	(58.009)	(48.762)	(106.771)
Impostos diferidos, líquidos	86.973	130.352	217.325

(a) A Stone Instituição de Pagamento é cotista do FIDC TAPSO, um fundo fechado. Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
2023	202.323
2024	66.030
2025	76.526
2026	93.029
2027 em diante	35.619
Total	473.527

O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 339.999 (R\$ 256.671 em 31 de dezembro de 2021), descontados à taxa média de captação da Companhia.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

15. Investimentos

	Participação societária					Ágio sobre aquisição	Total
	MNLT	Pagar.me	Stone SCD	PDCA	Stone Cartões		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.092.647	31.245	67.317	—	—	56.774	2.247.983
Aumento/(Redução) de capital	(700.000)	40.000	430.000	1.133.335	—	—	903.335
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	—	40.000	—	—	—	—	40.000
Amortização de ágio	—	—	—	—	—	(38.005)	(38.005)
Equivalência patrimonial	127.621	38.661	6.869	60.477	—	—	233.628
Reflexo de pagamento baseado em ações	1.977	1.708	257	1.357	—	—	5.299
Distribuição de dividendos	(1.212)	(11.769)	(28)	—	—	—	(13.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.521.033	139.845	504.415	1.195.169	—	18.769	3.379.231
Aumento/(Redução) de capital	(800.000)	40.000	150.000	(770.000)	400	—	(1.379.600)
Adiantamento de Futuro Aumento de Capital - AFAC	—	(40.000)	—	—	—	—	(40.000)
Venda PDCA	—	—	—	(518.407)	—	—	(518.407)
Ágio (a)	—	—	—	—	—	15.152	15.152
Amortização de ágio	—	—	—	—	—	(18.769)	(18.769)
Equivalência patrimonial	140.768	(16.132)	39.418	89.083	(469)	—	252.668
Reflexo de pagamento baseado em ações	3.793	9.030	178	4.155	73	—	17.229
Distribuição de dividendos	(1.337)	—	(375)	—	—	—	(1.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	864.257	132.743	693.636	—	4	15.152	1.705.792

(a) Em 30 de dezembro de 2022, foi realizado um aditivo no contrato de compra da Collact Serviços Digitais S.A pela Stone Instituição de Pagamento. No aditivo é contemplado o valor de R\$ 15.152 referente ao ágio demonstrado.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

MNLT S.A. ("MNLT")

Em 22 de abril de 2016, a Stone Instituição de Pagamento adquiriu 100% do capital da MNLT, naquela data denominada Elavon do Brasil Soluções de Pagamentos S.A., uma empresa de soluções de pagamento formada em 2012 como uma *joint venture* entre Elavon Inc., subsidiária da U.S. Bankcorp, e o Citibank, subsidiária do Citigroup. A MNLT possuía autorização para operar com bandeiras de aceitação internacional como Visa, Mastercard, Diners e Discover. Além disso a MNLT também estava autorizada a operar as bandeiras de pagamentos de benefícios VR e Ticket.

O montante pago pela aquisição de 100% da MNLT foi de R\$ 1,00 (um real). O patrimônio líquido negativo da MNLT na data da aquisição era R\$ 188.918, o que gerou um ágio na aquisição do investimento.

Em AGE aprovada 01 de julho de 2021, a MNLT reduziu capital em R\$ 700.000, passando a ter um capital social de R\$ 1.324.653, sem o cancelamento de ações.

A MNLT fez abertura do seu capital em 11 de fevereiro de 2022 na categoria de registro "B" na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em AGE aprovada 18 de maio de 2022, a MNLT reduziu capital em R\$ 150.000, passando a ter um capital social de R\$ 1.174.655, sem o cancelamento de ações.

Em AGE aprovada 25 de julho de 2022, a MNLT reduziu capital em R\$ 650.000, passando a ter um capital social de R\$ 524.655, sem o cancelamento de ações.

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me")

Em decorrência da incorporação da parcela residual da StoneCo Brasil, em 4 de dezembro de 2019, a Stone Instituição de Pagamento passou a ser detentora de 100% das ações ordinárias da Pagar.me, empresa constituída em julho de 2013, tendo como principal objeto a prestação de serviços de tecnologia em gestão de pagamento.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de junho de 2021, foi aprovado aumento de capital da Pagar.me no valor total de R\$ 40.000, mediante a emissão de 40.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 52.276 dividido em 40.002.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Os valores dos dividendos a receber de R\$ 11.769 referentes ao exercício de 2021 (R\$ 9.181) e 2020 (R\$2.558), foram pagos em novembro de 2022 e agosto de 2022 respectivamente.

Em AGE aprovada 16 de setembro de 2022, a Pagar.me aumentou capital em R\$ 40.000, passando a ter um capital social de R\$ 92.276.

O capital social da companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 92.276, dividido em 80.002.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")

Em 22 de julho de 2019, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa Stone SCD, enquadrada no Segmento S5, uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio. Além desses, a Stone SCD pode prestar apenas os seguintes serviços: (i) análise e cobrança de crédito para terceiros; (ii) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações realizadas; e (iii) emissão de moeda eletrônica.

Em 14 de outubro de 2020 a Stone SCD recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital aprovado em AGE de 14 de outubro de 2020, no valor total de R\$ 50.000. O aumento de capital aprovado na AGE em questão teria como prazo de integralização de 12 meses a contar da data de aprovação. O valor foi integralizado em 27 de maio de 2021.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Em 9 de junho de 2021 a Stone SCD recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 4 de junho de 2021, no valor total de R\$ 80.000, mediante a emissão de 80.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone Instituição de Pagamento na data da AGE.

Em 14 de junho de 2021 a Stone SCD recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 9 de junho de 2021, no valor total de R\$ 300.000, mediante a emissão de 300.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone Instituição de Pagamento na data da AGE.

Em 22 de fevereiro de 2022 a Stone SCD recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 4 de fevereiro de 2022, no valor total de R\$ 150.000, mediante a emissão de 150.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone Instituição de Pagamento na data da AGE.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, é representado por 651.000.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 651.000 totalmente subscrito e integralizado.

PDCA S.A ("PDCA")

A PDCA, constituída em 20 de agosto de 2019, empresa controlada pela Stone Instituição de Pagamento e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo").

Conforme contrato de compra e venda a Stone Instituição de Pagamento pagou o valor de R\$ 995.722 no mês de julho de 2021, com um complemento de R\$ 5.213 para as empresas vendedoras STNE Participações S.A e StoneCo Ltd., totalizando um valor de R\$ 1.000.935.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de dezembro de 2021, foi aprovado aumento de capital da PDCA no valor total de R\$ 132.400, mediante a emissão de 132.400.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone Instituição de Pagamento, em moeda corrente nacional.

Em AGE aprovada 15 de agosto de 2022, a PDCA reduziu capital em R\$ 770.000, sem o cancelamento de ações, passando a ter um capital social de R\$ 247.888, representado por 1.017.887.626 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.

Em 14 de setembro de 2022, a PDCA foi vendida pela Stone Instituição de Pagamento e passou a ser controlada pela Pagar.me.

Em 30 de setembro de 2022, o capital social da PDCA, era representado por 1.017.887.626 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 247.888.

Em 18 de outubro de 2022 ocorreu a incorporação da PDCA pela Pagar.me, na qual o patrimônio líquido incorporado foi de R\$ 518.407.

Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A ("Stone Cartões")

A Stone Cartões, anteriormente denominada como STN Benefícios S.A foi constituída em 26 de agosto de 2019. Em maio de 2022 a controladora STNE Participações S.A, legítima proprietária de 999 ações ordinárias, representativas de 99,9% do capital social da Stone Cartões, vendeu a totalidade dessas ações para a Stone Instituição de Pagamento, por R\$ 1 totalmente pagos, tornando-a a nova controladora da Stone Cartões.

Em 30 de junho de 2022, o capital social da Stone Cartões, é representado por 1.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 1 totalmente subscrito e integralizado.

Em AGE de 29 de agosto de 2022, a Stone Cartões aprovou a integralização de capital em R\$ 20.000, do qual foi integralizado até o momento R\$ 400, passando a ter um capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 401.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Stone Cartões, é representado por 20.001.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 20.001.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

16. Imobilizado de uso

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Incorporação Collact	Saldo em 31/12/2022
Pinpad e POS	1.098.563	279.781	(175.370)	—	—	1.202.974
Máquinas e aparelhos e equipamentos	11.813	19	—	—	16	11.848
Equipamentos de informática	66.417	2.597	(221)	—	232	69.025
Móveis e utensílios	11.551	153	(18)	—	—	11.686
Benfeitorias em propriedades de terceiros	24.060	78	(57)	—	—	24.081
Instalações	3.795	—	—	—	—	3.795
Equipamentos de telefonia	4.543	1.554	—	—	—	6.097
Veículos	46.619	—	(15.974)	—	—	30.645
Custo	1.267.361	284.182	(191.640)	—	248	1.360.151
Pinpad e POS	(381.010)	(254.419)	89.449	—	—	(545.980)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(11.875)	(602)	—	—	(2)	(12.479)
Equipamentos de informática	(24.076)	(12.871)	197	17	(41)	(36.774)
Móveis e utensílios	(2.471)	(1.145)	13	(17)	—	(3.620)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(4.470)	(4.765)	—	—	—	(9.235)
Instalações	(507)	(380)	—	—	—	(887)
Equipamentos de telefonia	(4.166)	(1.529)	—	—	—	(5.695)
Veículos	(5.820)	(3.466)	3.328	—	—	(5.958)
Depreciação acumulada	(434.395)	(279.177)	92.987	—	(43)	(620.628)
Imobilizado de uso	832.966	5.005	(98.653)	—	205	739.523

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

17. Intangível

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Software	231.029	109.824	(46.162)	—	294.691
Licenças de uso de bandeiras	5.674	—	—	—	5.674
Marcas e patentes	20	—	—	—	20
Direito sobre contrato de representação	726	—	—	—	726
Custo	237.449	109.824	(46.162)	—	301.111
Software	(72.603)	(56.992)	10.809	—	(118.786)
Licenças de uso de bandeiras	(5.342)	(315)	—	—	(5.657)
Marcas e patentes	(2)	(1)	—	—	(3)
Direito sobre contrato de representação	(726)	—	—	—	(726)
Amortização acumulada	(78.673)	(57.308)	10.809	—	(125.172)
Intangível	158.776	52.516	(35.353)	—	175.939

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

18. Obrigações por empréstimos

	Saldo em 31/12/2021	Captações	Pagamentos	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2022
Empréstimos (a)	2.697.259	3.499.986	(4.700.719)	289.441	1.785.967
Debêntures (b)	399.721	—	(421.502)	21.781	—
Total	3.096.980	3.499.986	(5.122.221)	311.222	1.785.967
Circulante	2.507.635				1.785.967
Não circulante	589.345				—

	Saldo em 31/12/2020	Captações	Pagamentos	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2021
Empréstimos (a)	390.363	9.222.986	(7.017.172)	101.082	2.697.259
Debêntures (b)	399.083	—	(17.597)	18.235	399.721
Total	789.446	9.222.986	(7.034.769)	119.317	3.096.980
Circulante	390.363				2.507.635
Não circulante	399.083				589.345

(a) Empréstimos em moeda nacional

No segundo semestre de 2022, foram emitidas novas CCBs, com múltiplas contrapartes e vencimentos de até 12 meses. O principal e juros das CCBs vincendas são pagos, em sua maioria, em seus vencimentos finais. Os recursos desses empréstimos foram utilizados principalmente na antecipação de recebíveis.

(b) Debêntures privadas

Em 12 de junho de 2019, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, em série única, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A emissão totalizou o montante de R\$ 400.000 e estabelecia como data de vencimento o dia 01 de julho de 2022.

A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios contratuais baseados na variação percentual acumulada de 109,0% da taxa média diária do DI. Os juros remuneratórios foram pagos mensalmente a partir da data de emissão.

19. Contas a pagar estabelecimentos

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar	18.833.963	16.003.597
Intenções de pagamentos	58.139	49.915
Créditos retidos	68	576
	18.892.170	16.054.088

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

20. Outras obrigações

20.1 Obrigações sociais e estatutárias

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para participações nos lucros	154.216	42.860
Dividendos e bonificações a pagar	5.317	5.317
Outras provisões trabalhistas	4.897	—
	164.430	48.177

20.2 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a pagar	46.564	22.751
IOF a recolher	14	—
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	—	582
Outros	11.079	5.098
	57.657	28.431

20.3 Outros passivos diversos

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar ao FIDC TAPSO	6.739.138	7.318.468
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 31)	710.897	495.618
Outros (i)	238.615	160.933
	7.688.650	7.975.019
Circulante	7.664.498	7.958.095
Não circulante	24.152	16.924

(i) Refere-se substancialmente a valores a repassar às bandeiras e fornecedores.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

20.4 Provisão para contingências

Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	206	8.123	8.329
Adições	913	10.641	11.554
Reversões	(890)	(2.278)	(3.168)
Pagamentos	(58)	(9.695)	(9.753)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	171	6.791	6.962
Adições	4.815	21.462	26.277
Reversões	(190)	(6.532)	(6.722)
Pagamentos	(173)	(4.804)	(4.977)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.623	16.917	21.540

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cível	136.415	72.816
Trabalhista	224.875	52.601
Tributário	5.486	5.178
	366.776	130.595

Perdas possíveis

A Stone Instituição de Pagamento é parte em diversas ações judiciais cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. As demandas são relacionadas a:

(i) análise de risco relativa à fraude em contas de pagamento sofridas por clientes ou não clientes do grupo, no montante de R\$ 74.016 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 12.410 em 31 de dezembro de 2021);

(ii) análise de risco e retenção de recebíveis, no montante de R\$ 16.516 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 8.209 em 31 de dezembro de 2021);

(iii) cobrança de parceiros comerciais, responsáveis por parte da captação e indicação de estabelecimentos comerciais, no montante de R\$ 5.155 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 4.864 em 31 de dezembro de 2021);

(iv) operação de concessão de crédito, no montante de R\$ 2.675 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 8.186 em 31 de dezembro de 2021);

(v) subadquirentes e/ou seus estabelecimentos comerciais credenciados, no montante de R\$ 7.839 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.680 em 31 de dezembro de 2021) e;

(vi) discussão acerca de eventual divergência de taxas comerciais acordadas na relação comercial estabelecida entre o grupo e os estabelecimentos comerciais credenciados no montante de R\$ 3.917 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.082 em 31 de dezembro de 2021).

Além disso, na Justiça do Trabalho, a Companhia é constantemente acionada em duas hipóteses:

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

(i) ações de ex-empregados e;

(ii) ações de ex-empregados de empresas terceirizadas, contratadas pela Stone Instituição de Pagamento.

Nessas respectivas ações a Companhia encontra dois pedidos recorrentes: enquadramento em categoria de trabalho diversa e pagamento de horas extras.

Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Stone Instituição de Pagamento.

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

20.5 Provisão para pagamentos a efetuar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários e encargos	297.300	194.540
Provisão para pagamentos a efetuar	297.300	194.540
Circulante	272.505	167.323
Não circulante	24.795	27.217

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social é representado por 155.667.136 ações ordinárias, sendo 155.667.135 ações da empresa DLP Capital LLC e 1 ação da DLPPar Participações S.A., em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 869.445, totalmente subscritas e integralizadas.

Ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

21.2 Reserva de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Stone Instituição de Pagamento constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 67.997, no total de R\$ 263.209 (R\$ 108.201 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizando R\$ 195.212 em 31 de dezembro de 2021), destinada para a remuneração baseada em ações (Nota 32).

21.3 Reserva de lucros

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Stone Instituição de Pagamento não constituiu reserva legal no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e utilizou parte de seu saldo para absorver o prejuízo de cada exercício.

21.4 Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira. Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Em AGE realizada em 30 de junho de 2021, foi aprovada a distribuição de R\$ 31.222 a título de juros sobre capital próprio, a ser liquidado pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia liquidou juros sobre capital próprio no valor de R\$ 100.384 e dividendos no valor de R\$ 4.746 referente ao período de 2020.

21.5 Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2022 não houve constituição do valor de outros resultados abrangentes (R\$ 1.512 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referente a perda não realizada de hedge de fluxo de caixa).

22. Receitas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	1.546.245	1.325.670
Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	(173.440)	(153.683)
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	1.372.805	1.171.987
Receita de aluguel de equipamentos	466.376	455.920
Impostos sobre receita de aluguel de equipamentos	(43.140)	(42.173)
Receita líquida de aluguel de equipamentos	423.236	413.747
Receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	2.393.902	714.481
Impostos sobre receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	(110.949)	(29.150)
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	2.282.953	685.331
	4.078.994	2.271.065

23. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Cessão definitiva	(2.460.715)	(690.846)
Cessão com retenção de riscos e benefícios	(235.937)	(219.099)
	(2.696.652)	(909.945)

24. Custo dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Processamento de dados	(251.768)	(221.415)
Comunicações	(77.519)	(46.884)
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	(60.394)	(122.384)
Transportes	(49.023)	(46.503)
Outros (a)	(128.871)	(122.815)
	(567.575)	(560.001)

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

(a) Referem-se principalmente a gastos diretamente atribuíveis ao funcionamento de Pin Pad e POS, tais como bobinas, acessórios, armazenagem e etc.

25. Despesas de pessoal

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários e proventos	(762.779)	(489.244)
Encargos sociais	(206.885)	(176.462)
Benefícios	(167.314)	(136.067)
Pagamento baseado em ação	(66.943)	(88.161)
Treinamentos	(7.050)	(6.851)
	<u>(1.210.971)</u>	<u>(896.785)</u>

26. Despesas administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Publicidade, promoções e relações públicas	(112.577)	(120.520)
Serviços técnicos especializados	(82.349)	(63.735)
Despesas tributárias (a)	(70.192)	(38.386)
Viagens	(50.085)	(33.532)
Processamento de dados	(42.002)	(39.886)
Aluguéis	(34.611)	(34.163)
Eventos internos	(14.371)	(9.744)
Comunicações	(8.777)	(11.550)
Despesas de seguros	(8.205)	(3.952)
Transportes	(8.044)	(5.316)
Serviços do sistema financeiro	(3.522)	(2.572)
Manutenção e conservação de bens	(3.024)	(3.309)
Serviços de vigilância e segurança	(2.759)	(3.228)
Outros	(7.289)	(10.319)
	<u>(447.807)</u>	<u>(380.212)</u>

(a) Referem-se principalmente a despesas de PIS e COFINS incidentes sobre resultado de aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.

27. Despesas de provisões

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisões para crédito de liquidação duvidosa (Nota 12)	(65.331)	(39.210)
Provisão para perdas operacionais	18.503	(5.728)
Provisão para contingências (Nota 20.4)	(19.555)	(8.386)
	<u>(66.383)</u>	<u>(53.324)</u>

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

28. Outras receitas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de perdas operacionais	16.860	10.581
Variação monetária ativa	7.718	—
Variação cambial ativa	2.239	1.334
Descontos obtidos	2.705	2.174
	29.522	14.089

29. Outras despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Perdas operacionais	(185.623)	(107.707)
Despesas de comissões com parceiros	(46.433)	(83.298)
Variação monetária passiva	(1.222)	(2.169)
Outras despesas operacionais	(7.195)	(3.577)
	(240.473)	(196.751)

30. Resultado não operacional

Os valores reconhecidos como resultado não operacional são decorrentes principalmente ao custo de alienação de ativos, doações e patrocínios. O resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 14.545 positivo (resultado negativo em R\$ (10.491), em 31 de dezembro de 2021).

31. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativos	31/12/2022	31/12/2021
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	206.036	1.973
Cappta S.A. (controlador final comum)	859	609
Linx S/A (controlador final comum)	134	—
StoneCo Ltd. (controlador final)	47	—
Vitta Serviços em Saúde LTDA. (controlador final comum)	13	—
Linx Telecomunicações Ltda (controlador final comum)	1	—
PDCA S.A. (controlada)	—	186.895
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	—	15.342
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	—	5.429
Stone Logística Ltda. (controlador direto comum)	—	494
DLP Capital LLC (controlador direto)	—	261
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	—	1
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 11)	207.090	211.004

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	—	9.182
MNLT Soluções de Pagamento S.A. (controlada)	1.337	1.212
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	375	28
Dividendos a receber (Nota 11)	1.712	10.422

Passivos	31/12/2022	31/12/2021
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(670.052)	(482.181)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(16.740)	(2.382)
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	(15.109)	—
Stone Logística S.A. (controlador final comum)	(3.412)	—
MNLT Soluções de Pagamentos S.A. (controlada)	(1.543)	(1.374)
Vitta Corretora de Seguros LTDA. (controlador final comum)	(1.452)	—
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(918)	(738)
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(554)	—
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	(515)	(1.538)
Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda. (controlador final comum)	(297)	(3.179)
Linx S.A. (controlador final comum)	(107)	—
Equals S.A. (controlador final comum)	(82)	(3.233)
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	(63)	—
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	(53)	—
Collact Serviços Digitais S.A. (controlador final comum)	—	(986)
Vitta Serviços em Saúde LTDA. (controlador final comum)	—	(7)
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 20.3)	(710.897)	(495.618)
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(4.436.351)	(1.927.057)
Cappta S.A. (controlador final comum)	(3.797)	—
Contas a pagar a estabelecimentos	(4.440.148)	(1.927.057)

Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(676.411)	(9.149)
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(53.629)	—
Linx Telecomunicações Ltda. (controlador final comum)	(21.640)	—
MNLT Soluções de Pagamentos S.A. (controlada)	(18.867)	—
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(16.606)	(4.292)
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	(15.391)	—
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	(15.311)	—
Equals S.A. (controlador final comum)	(10.445)	—
Linx S/A (controlador final comum)	(6.348)	—
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(4.282)	(46)
Cappta S.A. (controlador final comum)	(2.717)	(2.001)
Stone Seguros S.A. (controlador final comum)	(1.151)	—
Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda. (controlador final comum)	(1.060)	—
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(121)	—
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoal chave da administração comum)	(12)	(2)
Depósitos	(843.991)	(15.490)

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Receitas	31/12/2022	31/12/2021
Pagar.me Pagamentos S.A. <i>(controlada)</i>	950.782	186.417
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. <i>(controlada)</i>	1.585	1.005
Cappta S.A. <i>(controlador final comum)</i>	6	8
VCK Investment Fund Ltd.	—	10
Total	952.373	187.440

Despesas	31/12/2022	31/12/2021
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. <i>(controlador final comum)</i>	(104.268)	(135.789)
Equals S.A. <i>(controlador final comum)</i>	(44.775)	(42.703)
Stone Logística Ltda. <i>(controlador final comum)</i>	(13.258)	(12.022)
StoneCo Pagamentos UK Ltd. <i>(controlador final comum)</i>	(9.529)	(3.866)
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. <i>(controlada)</i>	(1.591)	—
Trinks Serviços de Internet S.A. <i>(controlador final comum)</i>	(728)	—
VHSYS <i>(pessoal chave da administração comum)</i>	(683)	(1.085)
Cappta S.A. <i>(controlador final comum)</i>	(658)	(975)
Alpha Logo Serviços de Informática S.A. <i>(controlador final comum)</i>	(261)	—
RH Software S.A.	(103)	—
APP Sistemas S.A. <i>(controlador final comum)</i>	(45)	—
MAV Participações S.A. <i>(controlador final comum)</i>	(25)	—
Collact Serviços Digitais S.A. <i>(controlador final comum)</i>	—	(1.072)
Zurich Consultoria e Participação Ltda.	—	(1.023)
VCK Investment Fund Ltd.	—	(507)
Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. <i>(controlador final comum)</i>	—	(189)
Total	(175.924)	(199.231)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco.

Principais operações com partes relacionadas:

Valores a receber de sociedades ligadas: Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos referem-se substancialmente a rateios de despesas devidas.

Valores a pagar a sociedades ligadas: Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Stone SCD pagou antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone Instituição de Pagamento aos estabelecimentos comerciais usuário finais recebedores, e se sub-rogou em seus direitos, se tornando a nova credora da Stone Instituição de Pagamentos.

Contas a pagar a estabelecimentos: Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a maior parte do saldo está composto por obrigações originadas em transações com cartões de débito e crédito, que foram capturadas pela Pagar.me. A atividade da Pagar.me consiste na prestação de serviço de subadquirência de estabelecimentos comerciais, com a Stone Instituição de Pagamento sendo o principal veículo de adquirência utilizado por ela.

Depósitos: Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação.

Receitas: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referem-se substancialmente a receita de juros de antecipação de recebíveis cobradas da Pagar.me.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Despesas: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante está composto substancialmente pela prestação de serviços de processamento de transações e de uso licenças de softwares operacionais realizados pela BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., e software de gestão de recebimentos realizadas pela Equals.

A remuneração global do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 53.052 (R\$ 54.498 em 31 de dezembro de 2021).

Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da Stone Instituição de Pagamento não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

32. Pagamento baseado em ações

Em setembro de 2018, a Companhia outorgou Unidades de Ações Restritas (“UARs”) e opções de ações. Essas concessões são classificadas como patrimônio líquido, a maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada será reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (“vesting period”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

Como parte do seu plano de incentivo de longo prazo, em 2022 a Companhia concedeu prêmios de Unidades de Ações de Desempenho (“UADs”). Esses prêmios são classificados como patrimônio líquido e dão aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista (RTA) para um período específico. As UADs concedidas não resultam na entrega de ações aos beneficiários e expiram se a condição mínima de desempenho não for atendida. O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa de remuneração é reconhecida durante o período de carência. A condição de desempenho é considerada para estimar o valor justo na data de outorga e da quantidade de UADs que se espera emitir, com base em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativa de padrões de desempenho que possam ocorrer.

As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativa de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. Para estimar o número de prêmios que são considerados adquiridos para fins contábeis, foi considerado exclusivamente se a condição de serviço foi atendida, mas o alcance das metas RTA é ignorado. Mesmo assim, se as metas de RTA não forem alcançadas, a despesa será reconhecida e não revertida para as UADs para as quais a condição de serviço foi atendida.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga.

As movimentações ocorridas de UARs e opções de ações são apresentadas abaixo:

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	UARs	PSU	Opções	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.591.668	—	25.572	3.617.240
Outorgadas	2.304.356	—	—	2.304.356
Emitidas	(120.664)	—	—	(120.664)
Transferências entre empresas do grupo	4.029	—	—	4.029
Canceladas	(182.553)	—	—	(182.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.596.836	—	25.572	5.622.408
Outorgadas	2.853.167	3.047.432	—	5.900.599
Emitidas	—	—	—	—
Transferências entre empresas do grupo	(1.206.741)	(43.955)	—	(1.250.696)
Canceladas	(371.986)	(112.637)	—	(484.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.871.276	2.890.840	25.572	9.787.688

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 66.943 (R\$ 88.161 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Stone Instituição de Pagamento registrou na reserva de capital o montante de R\$ 67.997 (R\$ 108.201 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) para a distribuição de remuneração baseada em ações.

33. Gerenciamento de riscos

A Gestão de Riscos na Companhia conta com as seguintes frentes de atuação: Risco de Mercado, Liquidez, Crédito, Capital, Operacional, Cibernético, Conformidade e Controles Internos. A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles calcados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio da Companhia, que monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, sendo submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manterem-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

33.1 Risco de mercado: é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia:

- *Risco de variação das taxas de juros:* é o risco de perdas resultante de movimentos adversos das taxas de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos.
- *Risco cambial:* é o risco de perdas atrelado a variações na taxa de câmbio.

33.2 Risco de liquidez: é o risco de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de Tesouraria e Controle de Risco Financeiro. Como partes dos controles diários, são estabelecidos limites de descasamento máximo e de concentração de passivos, que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um nível de caixa seguro.

33.3 Risco de crédito: é o risco de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações de pagamento perante a Companhia. No contexto operacional da Stone Instituição de Pagamento, o risco de crédito corresponde, principalmente, à possibilidade de inadimplência de bancos emissores de cartões e subcredenciadores. A Companhia dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação desse risco, categorizado por:

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

- *Emissores:* a área de Controle de Risco Financeiro realiza o monitoramento semanal da exposição por vencimento e emissor, e estabelece parâmetros de avaliação, de acordo com a classificação e porte das contrapartes. Os bancos emissores são classificados em três categorias: (i) "Top 5", que são as instituições pertencentes aos seguintes conglomerados prudenciais: Banco Bradesco S.A.; Itaú Unibanco S.A.; Banco Santander S.A.; Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A.; (ii) Emissores que figuram como devedores nos FIDCs; e (iii) demais emissores. O acompanhamento semanal inclui a exposição em aberto junto aos emissores, a avaliação da concentração dos bancos classificados como Top 5, FIDCs e quatro maiores instituições da categoria de demais emissores, e o detalhamento dos fluxos financeiros a vencer por emissor, nos principais vértices dos valores financeiros a receber. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores também considera as classificações das agências internacionais de risco. Na hipótese de aumento significativo na concentração da exposição, deterioração da qualidade creditícia ou evento de inadimplência do emissor, são acionados os mecanismos de mitigação ou plano de contingência. Para mitigação do risco de crédito de emissores, a Stone Instituição de Pagamento realiza operações de cessão de direitos creditórios, sem direito de regresso, junto a bancos cessionários com quem a Companhia tenha convênio, FIDCs e demais instrumentos financeiros.
- *Subcredenciadores:* a área de Risco Transacional monitora periodicamente a exposição ao risco de crédito junto a cada subcredenciador, classificando-os em três grupos, conforme a relevância do volume total de pagamentos ("TPV") e grau de utilização do produto de antecipação de recebíveis. Também são analisados os percentuais de *chargeback* e cancelamento. São realizadas análises dos vencimentos da carteira nas operações de antecipação de recebíveis e pela comparação entre o limite de antecipação (percentual máximo antecipável) e o valor efetivamente antecipado. São criados alertas para variações relevantes no volume antecipado e nos vencimentos da carteira, em comparação com o mês anterior analisados e informados em relatórios periódicos. A mitigação do risco de crédito de subcredenciadores é feita através de garantias concedidas na forma de depósito ou instrumentos financeiros similares, redução parcial ou total no volume de antecipação de recebíveis (caso este ultrapasse o limite definido pela Companhia), bem como da identificação de deterioração na qualidade de crédito pela área de Risco Transacional. Adicionalmente, a Stone Instituição de Pagamento tem a prerrogativa contratual de auditar os subcredenciadores para assegurar que os dados financeiros reportados a Companhia são válidos e íntegros, e que os montantes recebidos da Companhia são devidamente repassados aos usuários finais recebedores.
- *Demais riscos de crédito:* a identificação dos demais riscos de crédito é realizada pela área de Risco Transacional por meio da participação no fluxo de criação de novos produtos. A identificação visa assegurar e identificar quais novas operações podem gerar algum tipo de risco de crédito, que deverá ser monitorado. São monitoradas situações de "agenda negativa" em que o volume de *chargeback* e/ou cancelamento ultrapassa o total de direitos creditórios devidos pela Companhia ao estabelecimento comercial, para que esses casos passem a integrar o cálculo de provisão de risco de crédito, e a área de Cobrança possa atuar de forma ativa junto aos usuários finais recebedores para sua recuperação. Como forma de mitigação, a equipe de Risco Transacional acompanha tais situações e avalia os casos em que é viável solicitar ao instituidor do arranjo a reversão do *chargeback*.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

33.4 Gerenciamento de capital: a Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Circular BCB nº 3.681/13. A Companhia mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, e também mantém recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, acrescidos dos saldos em trânsito entre contas de pagamento e dos valores recebidos pela instituição ainda não disponibilizados para livre movimentação pelo usuário final.

Nos termos do art. 9º da Circular nº 3.681/13, as instituições emissoras ou credenciadoras de instrumento de pagamento pós-pago devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses.

Nos termos do art. 10º do mesmo normativo, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado correspondente a, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente.

A atuação da Stone Instituição de Pagamento abrange as modalidades de credenciadora e de emissora de moeda eletrônica, conforme definições constantes no art. 3º, III da Resolução BCB nº 80. O patrimônio líquido da Stone Instituição de Pagamento é de 1.263.860, superior, portanto, a 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses, que corresponde a R\$ 615.181.

33.5 Risco operacional: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, conforme eventos descritos na Circular BCB nº 3.681/13 e alterações. A Companhia gerencia os riscos operacionais inerentes aos seus negócios, com grande número de operações diárias e dependente de sistemas, de processamento de dados e de tecnologia da informação. A Companhia realiza o gerenciamento de riscos da operação, usando tecnologia avançada para acessar, planejar e implementar estratégias que minimizem riscos potenciais e adversos, que possam afetar as nossas operações. A Companhia utiliza um sistema antifraude no monitoramento transacional, que tem por finalidade identificar transações suspeitas de fraude e mitigar este tipo de operação. Os eventos de riscos operacionais também incluem: a) fraudes internas; b) fraudes externas; c) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; e) práticas inadequadas relativas a clientes produtos e serviços; e) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; f) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; g) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e h) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

33.6 Risco cibernético: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos ou relacionados ao ambiente cibernético, que:

- Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou
- Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI.

A Companhia gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos.

A Companhia possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Resolução BCB nº 85/21.

Stone Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

33.7 Conformidade: o time de *Compliance* conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução BCB nº 65/21. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão, aos códigos de ética e de conduta e às políticas internas. Não obstante, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente.

O time de *Compliance* é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da Stone Instituição de Pagamento nos termos da Resolução nº 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF") e Circular BCB nº 3.978/20 e alterações.

33.8 Controles Internos: A área de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia, conforme diretrizes da Resolução CMN nº 4.968/21.

As principais atividades da área de controles internos são:

- Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para monitorar e mitigar os eventos de riscos financeiros, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos;
- Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de riscos novos ou anteriormente não identificados;
- Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados por auditorias; e
- Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados.